



Análise das Interações da Audiência Pública da CE/CMA sobre Educação para Justiça Climática e Sustentabilidade: Desafios e Caminhos para um Futuro Socioambientalmente Responsável – 23/04/2025 – Gerado por IA

Este resumo apresenta uma visão geral das 58 participações de cidadãos registradas durante a audiência pública sobre "Educação para Justiça Climática e Sustentabilidade", organizada pela Comissão de Educação e Cultura (CE) e pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) em 23/04/2025. O objetivo é informar os senadores sobre as principais preocupações, sugestões e questionamentos do público a respeito do tema.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 58

- Implementação Curricular e Pedagógica (26%):** Foco em como e onde a educação para justiça climática e sustentabilidade deve ser ensinada. Abrange a inclusão desde o ensino fundamental até o superior, a necessidade de transversalidade, a formação de professores, metodologias e a criação de disciplinas específicas ou integração em existentes. Inclui também sugestões práticas como aulas por veterinários ou a sustentabilidade da própria escola.

Exemplo: "A educação deve começar desde o ensino primário. Ela é a base para um futuro melhor em relação a esse tema". Ana P. (SP)

- Políticas Públicas, Legislação e Ação Governamental (34%):** Discussões sobre o papel do governo (especialmente o Senado), a necessidade de priorização nacional, legislação, financiamento (incluindo Fundo Amazônia), fiscalização ambiental, coordenação entre ministérios (MEC, MMA, MCTI), apoio a projetos, contexto da COP30, metas da ONU, e críticas a ações ou omissões governamentais (Marco Temporal, PLS, saneamento). *Exemplo: "Como o Senado pretende abordar a*

educação para justiça climática e sustentabilidade na educação superior?" Giovana H. (RS)

3. **Papel e Impacto da Educação (16%):** Ênfase nos objetivos e resultados esperados da educação ambiental e climática: transformar a consciência, formar cidadãos mais conscientes, críticos e atuantes, promover justiça social e climática, influenciar comportamentos, e conectar o aprendizado a eventos reais (como enchentes) e aos benefícios diretos para a população.

Exemplo: "Como a educação para a sustentabilidade pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis ambientalmente?" Eduardo C. (RS)

4. **Engajamento de Atores e Grupos Específicos (14%):** Preocupações sobre a inclusão e o papel de diferentes grupos na educação e ação climática: jovens, povos indígenas, ONGs (Agroecologia, Agricultura Sustentável), setor privado (parcerias público-privadas, responsabilidade empresarial), comunidades locais, escolas do campo e instituições religiosas (Igreja Católica).

Exemplo: "Os povos indígenas devem ser ouvidos para apoiar a educação ambiental. Afinal, as terras demarcadas são sustentáveis e preservadas." Josianne F. (SP)

5. **Desafios e Barreiras (10%):** Apontamento das dificuldades para implementar a educação para justiça climática: obstáculos práticos, necessidade de superar o discurso e gerar ação concreta, barreiras para integrar o tema nos currículos, questionamentos sobre a viabilidade ou profundidade das propostas e a definição/compreensão do próprio conceito de Justiça Climática.

Exemplo: "Quais os principais obstáculos para implementar essa educação?" Israel R. (RS)

Em suma, as participações dos cidadãos refletem um forte clamor pela incorporação efetiva e transversal da educação para justiça climática e sustentabilidade no sistema de ensino brasileiro. Os principais temas abordados foram a necessidade urgente de **implementação curricular** desde a base, a cobrança por **políticas públicas robustas, ação governamental e financiamento adequado**, e a expectativa de que a educação gere **impacto real** na formação de cidadãos conscientes e atuantes. Houve também ênfase no **engajamento de diversos atores sociais** e no reconhecimento dos **desafios** a serem superados, demandando uma abordagem séria e prioritária por parte do poder público, especialmente no contexto da COP30.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33440>.